

GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: IMPACTOS DA PARCERIA COM O INSTITUTO AYRTON SENNA

Elenise Pinto de Arruda
Universidade Federal do Oeste do Pará
elenisearruda@hotmail.com

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares
Universidade Federal do Oeste do Pará
liliacolaress@gmail.com

A reformulação da administração pública, em conformidade com o contexto de reestruturação do Estado, alicerçada nas orientações neoliberais, incidiu sobre o sistema educacional a necessidade de ajuste na sua forma de gestão, que agora, em um modelo mais “moderno”, deveria ser regida por uma administração gerencial – a Nova Gestão Pública, que ampara-se na ideia de superioridade do setor privado sobre o setor público e com base nisso pode ser definida como “um programa de reforma do setor público com base em instrumentos da gestão empresarial que visa melhorar a eficiência e eficácia dos serviços públicos nas burocracias modernas” (Marques, 2020, p. 2).

Os desdobramentos da Nova Gestão Pública reverberaram na administração pública brasileira e, conseqüentemente, repercutiram na educação com efeitos especialmente na gestão da educação e da escola pública, imputando-lhes aspectos gerenciais do contexto empresarial, nos diversos níveis, etapas e modalidades de educação.

A partir desta análise, este trabalho discorre sobre um recorte dos resultados de uma pesquisa cujo objetivo geral foi analisar as implicações da Nova Gestão Pública (NGP) na gestão da educação de tempo integral na rede municipal de ensino de Santarém/PA no período de 2005 a 2020.

A gestão gerencial na educação municipal de Santarém/PA

A educação está inserida em uma totalidade social permeada por inúmeros condicionantes que ora influenciam e ora são influenciados, numa correlação de forças

que compõem os fenômenos sociais. Assim sendo, falar da gestão da educação exige uma compreensão para além do objeto em si, demanda observá-la e compreendê-la a partir de um contexto histórico, econômico e social, intrinsecamente correlacionada às transformações da sociedade que reverberam nas concepções de educação, nos papéis atribuídos à educação, à escola, aos educadores, nas formas de gestão e em tantos aspectos que abrangem o processo educativo.

Segundo Paro (2012), a administração, em contexto geral, refere-se à utilização racional de recursos para a realização de fins, uma condição necessária da vida humana, presente em todos os tipos de organização social e pode articular-se tanto com a conservação do *status quo* quanto com a transformação social. Mas como é entendida atualmente, “é produto de uma longa evolução histórica e traz a marca das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade” (2012, p. 24). Assim, situa a administração escolar no contexto da administração capitalista, na qual os princípios da administração geral das empresas são transplantados para a administração escolar. Nesse sentido, não há como falar em gestão da educação de tempo integral de forma isolada, sem adentrar na gestão da educação no contexto das relações sociais.

A gestão da educação de tempo integral está inserida no âmbito da gestão da rede municipal e em Santarém. E nesta rede, verificamos que o gerencialismo foi implementado por meio da parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna.

A parceria da Prefeitura Municipal de Santarém – Secretaria Municipal de Educação, com o Instituto Ayrton Senna (IAS) iniciou-se no ano de 1997 com o programa de aceleração da aprendizagem – Acelera Brasil – posteriormente denominado Correção de fluxo, destinado a alunos com defasagem idade-série de no mínimo dois anos nas séries iniciais em relação ao que atualmente é designado como ensino fundamental (Colares, 2005; Sousa, 2013; Souza, 2007). Santarém tornou-se um dos municípios pioneiros na adesão ao Programa Acelera Brasil, com a parceria mantida nos mandatos governamentais seguintes, com reconfigurações e adequações aos novos programas do Instituto: Programa Escola Campeã, Programa Gestão Nota 10 e outros. Encerrou-se no início do ano de 2020, prestando assessoria direta na gestão da educação do município durante 23 anos.

No âmbito da parceria não foram encontrados registros de ações voltadas exclusivamente às escolas de tempo integral ou relacionadas aos programas indutores

Mais Educação e Novo Mais Educação, o que nos permite entender que as escolas de tempo integral, a partir das suas fundações, passaram a participar do formato de gestão instaurado no município, compondo o quadro de escolas que foram espaços de consolidação dessa parceria.

Na execução dos programas oriundos do IAS, verificamos a presença do gerencialismo oriundo da NGP a partir de determinados aspectos:

1. Na fase inicial, de 1997 a 2000, a gestão do programa é do IAS, foi um serviço terceirizado, ou seja, o programa de correção de fluxo foi desenvolvido na rede municipal pública de ensino, mas sob o comando do Instituto (Souza, 2007), o que demonstra a consolidação da inserção de uma empresa privada e seus princípios na esfera pública. Na segunda fase do programa, de 2001 a 2004, o IAS passou a atuar como parceiro e consultor do município. Porém, “embora nessa segunda fase a política educacional tenha ficado totalmente sob responsabilidade da Semed, [...] o programa continuou a manter a mesma proposta pedagógica e metodológica” (Souza, 2007, p. 85), ou seja, mesmo passando de gestor a consultor, o programa, com seus objetivos, princípios e ações planejadas e construídas pelo Instituto, permanece na política educacional do município.

2. A inserção de princípios e práticas gerencias estão presentes nas diretrizes do Programa Escola Campeã. Busca-se “introduzir novos mecanismos e instrumentos de gerenciamento da secretaria municipal de educação”, “instrumentalizar a liderança da escola para gerenciar as suas autonomias administrativas, financeiras e pedagógicas, “priorizar a melhoria permanente do desempenho dos aluno” (Santos, 2006, p.18). A educação passa a ser vista como um processo de geração de resultados, indicadores de desempenho e o gestor escolar é a liderança que vai operacionalizar os meios para os objetivos previstos.

3. Diversos instrumentos de mensuração de desempenho, instalação de rotinas e atribuições, adoção de agendas criação de cargos gerenciais (Gerente do Programa a Superintendente Escolar), aplicação de materiais padronizados, estabelecimento de indicadores de eficácia e eficiência foram implementados na gestão da secretaria de educação, bem como, nas escolas municipais, evidenciando o formato padronizado, prescritivo e impositivo dos programas do IAS. (Goch, 2017; Gomes 2015; Santos, 2006; Arruda, 2021).

Conclusões

Os elementos e reflexões apresentados corroboram para a conclusão de que a parceria com o IAS, uma entidade que está vinculada a um projeto de educação que tem como concepção a geração de resultados quantitativos, mesmo diante das contradições inerentes a todo processo educativo, instalou na rede municipal de ensino de Santarém uma administração gerencial, com a inserção de instrumentos, técnicas, vocabulário e estratégias do setor empresarial sob a justificativa da melhoria da qualidade da educação do município. Assim, percebemos a imposição da lógica da produtividade da NGP efetivado em Santarém com a condução de uma entidade externa que além de padronizar a implantar práticas gerenciais, desconsiderou a história, a formação, a diversidade, a composição e as especificidades que compõem as escolas da Amazônia, que já sofrem com as desigualdades históricas próprias da região.

A parceria com o IAS reverberou em toda a rede de ensino municipal de Santarém, impactando desde o formato de gestão da Secretaria de educação quanto das escolas, trazendo a ambas os preceitos do gerencialismo. Mesmo não havendo direcionamentos específicos às escolas de tempo integral, escolas complementares e programas de tempo integral, depreendemos que a cultura estabelecida incidiu em todos os espaços e modalidades do ensino e, neste caso, abrangeram as ações de tempo integral

Referências

ARRUDA, Elenise Pinto de. **Coordenação pedagógica: contradições e possibilidades para a construção da gestão democrática na escola**. Brasília-DF: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. **As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002)**. 183 f. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, 2005

GOCH, Greice Jurema de Freitas. **Políticas educacionais da secretaria municipal de educação de Santarém no período de 2003 a 2016**. 2017. 160f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2017.

GOMES, Luís Alípio. **Sistema municipal de ensino de Santarém-PA: implantação e implementação (2004-2014)**. 2015. 234f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-

Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2015.

MARQUES, Luciana Rosa. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36 , e69772. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69772>.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Marilza Serique. Avaliação na Perspectiva do Programa “Escola Campeã”. In: COLARES, M. L. I. S. **Colóquios temáticos em educação**: a avaliação em múltiplos aspectos. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SOUSA, W. L. **O Programa Gestão nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém-PA**. 2013. 410f. Tese – Doutorado em Educação – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2013.

SOUZA, Maria de Fátima Matos. **Política de correção de fluxo**: um estudo avaliativo do Programa de Aceleração da Aprendizagem em Santarém – Pará. 2007. 173 f. Tese – Doutorado em Educação - Universidade Estadual Paulista, 2007.